

Diniz: receita para resolver a dívida.

Inflação

Set

— Este é um país de rendeiros e credores, que devem passar de credores a sócios, comprando ações e participando do capital e do risco empresarial — propôs ontem o empresário Abílio Diniz, superintendente do grupo Pão de Açúcar, em almoço no qual foi homenageado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil.

Diniz está fazendo uma proposta de política econômica para o próximo governo, da qual tem apresentado itens em pronunciamentos públicos, como o discurso que fez, na semana passada, na Escola Superior de Guerra, no Rio. Ele avançou um pouco em relação ao que vinha afirmando nos últimos dias, mantida a tônica principal que propõe a retomada imediata do crescimento econômico, com renegociação melhor da dívida externa, busca de taxa de evolução do PIB a 7% ao ano, mais emprego e início da absorção dos que ficaram desempregados nos últimos anos, por ele estimados em quatro milhões de pessoas, ou 8% da população economicamente ativa (PEA) de 50 milhões. (Na semana passada, o presidente do IBGE, Jessé Montello, referiu-se a 48,3 milhões na PEA.)

Diniz desqualificou, em seu pronunciamento, "o pequeno reaquecimento da economia este ano, tão colocado em termos de realização, mas que foi capaz, em São Paulo, de criar 40 mil empregos no setor industrial, enquanto o desem-

prego atingiu 400 mil pessoas na indústria paulista entre 1981 e 1983. A retomada não chegou, portanto, a dar 10% do emprego perdido em três anos de recessão".

Engajado na Frente Liberal, considerando que a candidatura Tancredo e o processo político não poderiam ir melhor, dizendo que, se José Sarney foi indicado para vice pela Frente, "isto deve ter sentido, mencionando o senador pelo Maranhão como "um político capaz", Diniz enfatizou que a renegociação que está sendo feita este ano deve limitar-se aos recursos novos para 1985, ficando para o próximo governo a negociação ampla, por vários anos, e condições melhores. Sua sugestão é de que o Brasil não pague o principal até 1989, e não somente até 1986 ou 1987, como querem os credores ao proporem a eliminação do déficit em transações correntes até esses anos. E que pague, até 1989, não mais do que uma parcela dos juros, cerca de 60%, o que considera possível como taxas internacionais de juros de 15% ao ano e exportações crescendo a 12% ao ano, "um número menor que os 23% de crescimento deste ano, mas que acho mais factível em face de mudança previsível nas condições internacionais".

— O Brasil — afirmou o empresário — deve mostrar um plano bem claro de retomada ao FMI e aos credores. E há condições de que seja aceito.

Para combater a inflação, Diniz propõe aplicar um redutor a todos os itens indexados — não somente ativos financeiros mas também todas as rendas, juros e salários — simultaneamente à redução real dos preços dos serviços públicos e recomposição de credibilidade do governo. Admite porém que, para voltar a crescer, a política monetária e o crédito devem ser mais fáceis, com maior expansão, e é indispensável uma boa safra agrícola. Diminuir as propagandas de choques de preços, reduzir os juros reais, eliminar as dívidas internas em dólares e reverter o processo de realimentação fazem parte de sua proposta contra a inflação.

O empresário combateu o exagero da presença estatal no País, responsável por 50% dos investimentos, propondo preservar as empresas eficientes e fechar as improdutivas. "Deve diminuir a estatização antes pelo reforço do setor privado" — afirmou, admitindo que o setor público nunca foi tão ineficiente. "Seus atuais níveis de ineficiência são insuportáveis", desabafou.

Diniz considerou uma falácia supor que o balanço de pagamentos impede uma retomada econômica, que haverá mais inflação numa recuperação econômica e que o crescimento pressiona os preços agrícolas. "Em 1983, no auge da recessão, os preços agrícolas cresceram, 350%" — recordou.